

A dimensão cultural nas políticas públicas: por uma emancipação cidadã das populações que sofrem os processos de exclusão social

Rafael Rossi ¹

Resumo

O atual modo de produção capitalista, com relação à produção do espaço urbano, engloba cada vez mais as desigualdades socioespaciais. Com isso, incorpora e acentua também os processos de exclusão social que, por sua vez, correspondem às dificuldades de participação política das famílias que os vivenciam. As políticas públicas, que visam contribuir para diminuir esses processos, não levam em consideração a opinião da população que sofre diariamente esses processos de exclusão. Acreditamos que os intelectuais e outros agentes comprometidos com a educação popular encontram, na prática de atividades culturais, o esclarecimento dessa população e, com isso, sua maior participação política.

Palavras-chave

Exclusão Social. Estado. Atividades Culturais.

1. Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” membro do Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (CEMESPP). E-mail: rafaelrossi6789@hotmail.com.

The cultural dimension in the public policies: for a population citizen emancipation that suffer process of social exclusion

Rafael Rossi*

Abstract

The current capitalist production mean, regarding the production of urban space involves increasing socio-spatial inequalities. Therewith, also incorporates and enhances the processes of social exclusion, which correspond to the difficulties of political participation of families that have experienced this issue. The public policies, which intend to contribute to reducing these processes do not take into account the opinion of the population that suffer every day these exclusion issue. We believe that intellectuals and other agents committed with popular education find out that through cultural activities practice, the enlightenment of this population and, consequentlv, a greater political participation.

Keywords

Social Exclusion. State. Cultural Activities.

* Master's degree student of Geography at Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" and member of Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (CEMESPP). E-mail: rafaelrossi6789@hotmail.com.

Introdução

O presente texto tem por finalidade expor nosso entendimento sobre as políticas públicas de cultura vigentes no município de Presidente Prudente, localizado a oeste do Estado de São Paulo, partindo de experiências vivenciadas na pesquisa “A perspectiva territorial nas políticas públicas: análise espacial a partir do índice de desenvolvimento das famílias em Presidente Prudente – SP” em desenvolvimento no programa de mestrado.

Para deterem um caráter mais democrático e horizontal, entendemos que as políticas públicas devem englobar a participação e a opinião da população que vivencia os processos excludentes, a fim de que as relações de poder existentes na elaboração e realização dessas políticas não se baseiem em fluxos piramidais, com uma minoria decidindo e impondo seus interesses.

Neste aspecto, investimos na ideia de que atividades como os Círculos de Cultura contribuem de maneira positiva para o esclarecimento e o engajamento dessa população, pois desperta seu olhar para uma perspectiva crítica da realidade, além de incentivar o sentimento de coletividade para reivindicações mais eficazes, englobando, nesse processo, o intelectual e todos aqueles comprometidos com a educação popular, importantes agentes na disseminação do conhecimento e da informação.

Dessa forma, entendemos que o atual modo de produção² do espaço urbano incorpora, cada vez mais em sua lógica, o acúmulo das desigualdades sociais, acentuando sobremaneira os processos excludentes. Os agentes que produzem e consomem o espaço urbano, são agentes sociais concretos, e não processos aleatórios ou abstratos. Sua ação é complexa, variando de acordo com o acúmulo

de capital, as necessidades – que podem mudar – de reprodução das relações de produção e dos conflitos que podem emergir, de acordo com a discussão de Corrêa (1989). Além disso, esses agentes articulam-se na conformação de grupos presentes em órgãos públicos e privados, como estratégia de garantir seus interesses e ambições, desembocando em embates de toda ordem para permanecerem como grupos hegemônicos nas decisões políticas a serem tomadas.

Outra consideração importante, pontuada por Corrêa (1989), diz respeito à ação desses agentes. Essa ação se dá em um marco jurídico, que não é neutro, por refletir o interesse de agentes dominantes e, ainda, permitir transgressões de acordo com o interesse desses agentes.

Por sua vez, optamos por debater o conceito de exclusão social como um processo que se difere do de pobreza e miséria por estar baseado em um eixo de exclusão/inclusão. Mais que a falta ou a pequena inclusão das populações em situação de precariedade em sistemas de equipamentos e serviços públicos de qualidade, a exclusão pode ser evidenciada na falta de participação dessas populações nos círculos de poder que orientam as políticas públicas.

Com as fortes transformações ocorridas nas últimas décadas, o Estado tem um papel ativo na produção das desigualdades sociais e na acentuação dos processos excludentes. Podendo atuar diretamente no papel de grande industrial, de consumidor de espaço, de proprietário fundiário, de agente que regula o uso do solo, o Estado cria e mantém condições para a reprodução da sociedade capitalista. Imbuído de regulamentos legais para realizar e executar tais atividades, o Estado irá exprimir, por meio de suas decisões, o interesse do grupo hegemônico em pauta, visto que em seu

2. Relacionado à produção de bens e mercadorias e, também, às relações sociais, valores, costumes etc. (DAMIANI; CARLOS; SEABRA, 1999).

interior há o embate dos diversos grupos sociais.

Na visão de Bottomore (2001), o conceito de Estado é de fundamental relevância para o marxismo, que o irá considerar como uma instituição cuja função é assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe. Engels (apud BOTTOMORE, 2001, p. 134) afirma que o Estado é, em geral,

o Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, que, por meio dele, torna-se igualmente a classe politicamente dominante, adquirindo, com isso, novos meios de dominar e explorar a classe oprimida.

Bottomore afirma ainda que:

O marxismo clássico e o leninismo sempre ressaltaram o papel coercitivo do Estado, quase que com a exclusão de todos os outros aspectos: o Estado é essencialmente a instituição pela qual uma classe dominante e exploradora impõe e defende seu poder e seus privilégios contra a classe ou classes que domina e explora (BOTTOMORE, 2001, p. 136)

No entanto, o Estado é aqui compreendido não como um espaço homogêneo e totalmente ilhado ou separado das outras esferas sociais, mas sim de maneira complexa: como uma multiplicidade de atores estatais e de lógicas de ação pública. Da mesma forma, Melazzo (2006) entende a política como resultado de barganhas, conflitos ou consensos entre diferentes grupos que se estruturam em torno do aparelho do Estado, que pode exercer maior ou menor intervenção de acordo com cada momento histórico.

Em consonância a essa linha de análise, Loikine (1997) entende o Estado como principal agente da distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos para as diversas classes. O Estado, portanto, irá refletir ativamente as contradições e as lutas de classe. As desigualdades sociais e os processos de exclusão serão, portanto, produzidos por

diversos agentes, entre eles a esfera estatal.

Ana Fani Alessandri Carlos (2007) afirma que, no nível político, o Estado atua na produção do espaço urbano por meio: da criação e do reforço de centralidades (como forma de dominação); da hierarquização dos lugares (importância nas estratégias de reprodução); da imposição de sua presença; do controle e da vigilância, mediados pela norma. A autora continua:

O Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (elemento que se encontra na base da construção de sua nacionalidade), produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado. É, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, sem abdicar de objetivos próprios de dominação, usando como meio as políticas públicas para direcionar e regularizar fluxos, centralizando, valorizando/desvalorizando os lugares através de intervenções como “ato de planejar” (CARLOS, 2007, p. 52).

Percebe-se o caráter conflituoso imanente a esse agente produtor do espaço urbano – o Estado –, uma vez que é constituído por diferentes grupos sociais com interesses e objetivos divergentes e se utiliza de táticas que envolvem diversas escalas de poder, para garantir sua hegemonia e projetos. Para Rodrigues, o Estado faz-se presente e ao mesmo tempo ausente no espaço urbano:

A presença e aparente ausência do Estado aprofundam contradições inerentes ao modo de produção capitalista. A presença diz respeito, entre outras dinâmicas, à definição do salário mínimo, às normas jurídicas de apropriação e propriedade da terra, à legislação de uso da terra e edificações, à implantação de infraestrutura e equipamentos de uso coletivo. O Estado parece ausente ao definir salários insuficientes para a reprodução da vida, não prover o acesso universal aos meios e equipamentos de uso e consumo coletivo (RODRIGUES, 2007, p. 74).

Com relação à ausência e/ou presença do Estado, entendemos que essas manifestações e práticas relacionam-se diretamente aos embates entre os grupos que se organizam em seu interior. Quando atestamos sua presença, constatamos a materialização de uma decisão de intervenção que prevaleceu nas disputas internas e que, somente assim, conseguiu transbordar e se manifestar na realidade. A não intervenção também diz respeito a uma tomada de decisão que envolveu discussões e lutas políticas para se efetivar, se tornar visível e possível.

A partir dessas breves considerações, podemos perceber quem, enquanto disputa de poder entre grupos, o Estado pode acentuar as desigualdades sociais e, com isso, intensificar o processo de exclusão, como também possibilitar a utilização de informações e dados sociais no fomento a ações que propiciem uma maior justiça social. Dessa forma a exclusão possui um aspecto imanente à sua (re) produção, que diz respeito à sua contradição, oriunda das escolhas e opções de agir ou não agir do Estado, visto que ele pode acelerar esse processo ou diminuí-lo e combatê-lo.

Para se entender o aspecto da exclusão, é necessária uma articulação relacional, buscando-se entender a formação histórica da desigualdade do seu entorno e como essa lógica opera atualmente, a fim de que uma compreensão mais ampla e profunda proporcione parâmetros, ou melhor, indicadores, que fomentem políticas públicas mais focalizadas e de caráter participativo. Alguns autores acreditam que a adoção do conceito de exclusão deve acompanhar uma demarcação clara da população a ser atendida por programas sociais e de suas carências e necessidades.

Esse objetivo maior é defendido e analisado por vários autores que argumentam sobre a necessidade de se contribuir para o esclarecimento da população que sofre o processo de exclusão. Isso se daria por meio de diálogos em Círculos de Cultura que, ao longo do tempo, enriqueceriam a visão de mundo

desses indivíduos e seus posicionamentos na estruturação e lógica de seu bairro, cidade, estado, país etc. A dimensão referente à educação e erudição são caminhos importantes a serem perseguidos para o combate do processo de exclusão e para a construção de um território constituído por cidadãos e homens políticos, em perspectiva baseada na visão de Aristóteles e de Pedro Demo.

Exclusão social: uma lógica programada

Feitas essas breves considerações, destacamos que o processo de exclusão social está em pauta em diversas agendas. Como aponta Nancy Fraser (2010): o governo britânico estabeleceu o “*Unit on Social Exclusion*” no gabinete do vice-ministro; a União Européia adotou políticas destinadas a erradicar a pobreza e exclusão social em 2010; o Banco Inter-Americano publicou uma missão de estado sobre a exclusão social; a UNESCO promoveu uma conferência sobre o tema “*From Social Exclusion to Social Cohesion*” e a Escola de Economia de Londres estabeleceu o Centro de Análises sobre a Exclusão Social – CASE.

No Brasil, podemos apontar o lançamento do plano “Brasil sem miséria”, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além de ponto de reflexão de vários autores que vêm se dedicando a temáticas relacionadas à exclusão social. Alguns desses autores vêm atuando no Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (CEMESPP), grupo interdepartamental da UNESP – FCT.

As origens do conceito de exclusão social estão ligadas a discussões ideológicas na década de 1960, na França. Já nos anos de 1980, o conceito de exclusão começou a se atrelar aos problemas de desemprego e a vínculos sociais instáveis, em um contexto que ficou conhecido como “nova pobreza”. Assim, a utilização desse conceito, gradativamente, se generalizou tanto na esfera pública quanto na acadêmica, permitindo ligações com o pensamento

republicano francês a respeito da solidariedade entre indivíduos e grupos e destes com a sociedade como um todo (DURANA, 2002).

Nos anos finais de 1980, o termo exclusão social passou a ter uma grande ênfase nas discussões políticas e teóricas em escala internacional. Tal ênfase pode ser compreendida, pela necessidade de entendimento do fenômeno de empobrecimento e carências que teriam se generalizado. Mais recentemente, esse conceito passou a ser criticado em função de seus limites, bem como em função de seu uso abusivo (DUPAS, 1998).

A respeito da utilização na atualidade do conceito de exclusão, Karsz discorre:

O uso contemporâneo do termo “exclusão” deu-se na França com P. Massé (1969), J. Klanfer (1965) e R. Lenoir (1974) e, mais recente ainda, na década de 1990, com uma concentração de significações. A generalização das relações mercantis e o conjunto de mudanças que definem a etapa atual do processo de mundialização produzem efeitos condensados e variados acerca da noção de exclusão (KARSZ, 2004, p. 45).

Em virtude de se tratar a exclusão em uma perspectiva multidimensional, para Escorel (1999) o conceito implicaria um estado e um processo: um processo, visto que se debate sobre um movimento que, em trajetórias ao longo de um eixo inserção/exclusão, exclui; e estado, dado que essa condição seria a consequência objetiva desse movimento.

Outro ponto que merece destaque é o aspecto pluriescalar da exclusão. Tal característica se relaciona à prática de perceber as múltiplas variáveis e os diversos fatores que configuram a desigualdade em determinado local. Esse local, por sua vez, apresenta fortes elementos internos que influenciam sobremaneira em seus processos excludentes. Porém, há de se considerar as formas em que se baseiam as influências de outras escalas, outros processos vigentes que atuam e modificam o modo de produção do espaço urbano e de suas desigualdades. Fraser

afirma que para entendermos o fenômeno da exclusão é necessária a atenção às múltiplas escalas que se cruzam e dimensões de justiça.

As formas de exclusão resultam da convergência de múltiplas escalas e processos, como ocorre, por exemplo, quando as estruturas econômicas globais se cruzam com hierarquias locais, nacionais e estruturas políticas. Falar de quem vivencia tais injustiças como se eles existissem em um só plano, é reduzi-los a uma abstração global, despojados das particularidades dentro e através das quais a sociedade é vivida (FRASER, 2010, p. 370, tradução nossa).

A mesma autora, em sua análise, continua entendendo que a exclusão social é uma injustiça, visto que representa uma negação da participação igualitária. Para ela, ser excluído é consideravelmente pior do que ser incluído e marginalizado ou, ainda, incluído em uma relação que envolve subordinação:

aqueles que são marginalizados ou subordinados podem ainda participar com outros na interação social, os excluídos nem sequer participam do jogo (FRASER, 2010, p. 365, tradução nossa).

Esse posicionamento é relevante para ser problematizado, pois envolve o entendimento sobre o conceito de justiça utilizado pela autora. Além disso, Fraser entende o excluído como o indivíduo que, em última instância, é impossibilitado de interagir na sociedade, pois sofreu uma série de perdas e/ou injustiças que influenciaram nessa configuração de extremo isolamento.

Para Fraser (2010) a justiça pressupõe pilares e práticas sociais que possibilitam a todos interagir como iguais. Em sua perspectiva, para esse objetivo seja alcançado três condições precisam ser garantidas. A primeira dessas condições diz respeito à distribuição dos recursos materiais, que deve se dar de modo a assegurar a independência dos participantes e sua voz. Esta condição exclui estruturas

econômicas que institucionalizem a privação, a exploração e as grandes disparidades de riqueza, renda, trabalho e lazer, que impedem algumas pessoas de participar como parceiros plenos na interação social.

A segunda refere-se ao *status* social, que deve poder expressar igual respeito para todos da sociedade, a fim de garantir igualdade de oportunidades para alcançar a estima social. Esta condição exclui padrões institucionalizados de valor cultural que, sistematicamente, depreciam algumas categorias de pessoas e as qualidades que lhes estão associados, negando-lhes o estatuto de parceiros de pleno direito de interação social.

Por fim, a terceira condição diz sobre a constituição política da sociedade, voz política igual a todos os atores sociais. Esta condição exclui regras de decisão eleitoral e estruturas de mídia, que, sistematicamente, privam algumas pessoas de chances justas de influenciar as decisões que os afetam.

Entendemos que a primeira dessas condições inviabiliza-se na dinâmica imanente do modo de produção capitalista, já que este visa a acumulação por meio das disparidades e estruturas de classes onde há subordinação e domínio. A segunda condição estaria intimamente ligada, em nosso entendimento, à primeira, já que, para não se efetivar um padrão de valor cultural que deprecie e até crie preconceitos às categorias profissionais, as disparidades de igualdade de salários e educação devem ser amenizadas. Sobre a terceira condição, acreditamos que essa discussão passa, necessariamente, pelos jogos de poder que estrategicamente não divulgam informações à população como forma de impossibilitar ou diminuir sua intervenção nas decisões políticas, o que vem a garantir a exploração e a dominação em um sistema de clientelismo e mercantilização, já que as famílias participantes de programas e políticas públicas apenas recebem estes benefícios e não interagem no processo decisório, não havendo uma democratização política por meio da

disseminação de informação e conhecimento. Avancando nessa linha, sobre a exclusão, afirma Fraser:

Se a exclusão pode ter uma variedade de formas, ela também pode ser efetuada por uma variedade de meios. Em um cenário, a exclusão é baseada em economia política, como quando as estruturas econômicas negam a algumas categorias de atores sociais até mesmo o mínimo de recursos econômicos que são necessários para as marginalizadas ou subordinadas interações. Em um segundo cenário, a exclusão está enraizada no estado da ordem, como quando a institucionalização de um padrão hierárquico de valor cultural nega uma chance de participação em algumas arenas. Em um terceiro cenário, a exclusão se fundamenta na constituição política da sociedade, quando a arquitetura do espaço político nega à algumas pessoas a chance de ter, mesmo que um marginal dizer, em disputas sobre justiça. Ex: os não documentados imigrantes em diversos países. Em um quarto cenário a exclusão resulta da combinação do funcionamento da cultura e da economia política, por exemplo, a população cigana do leste da Europa Central. Em um quinto cenário, a exclusão está enraizada em conjunto em todas as três dimensões de ordem social, como quando as estruturas políticas, econômicas e culturais trabalham juntas para obstruir a participação (FRASER, 2010, p. 366, tradução nossa).

Podemos inferir a respeito das formas de efetivação da exclusão apontadas por Fraser, que o primeiro cenário mencionado, baseado na perspectiva da renda ainda parece-nos um critério insuficiente para análise da contradição imanente aos processos excludentes, como resultantes e fortalecedores da dinâmica do capital. Avancando no entendimento do segundo cenário, a negação da chance de participação em algumas arenas pode se dar de múltiplas formas, uma delas, relacionada ao baixo estímulo à escolarização, já que, na lógica de acumulação do capital, a sociedade contemporânea impõe qualificações e experiências que excluem as pessoas, em algum nível de precarização ou

marginalização social, de participar de um ritmo de estudos e formação que garantam um *status* social aceitável. Outra forma diz respeito, como já mencionado, às artimanhas envolvidas nas disputas de poder que excluem a população, que vivencia os processos excludentes, de uma participação mais ampla nas decisões políticas que interferem em suas vidas, aspecto esse que pode ser associado ao terceiro cenário analisado por Fraser (2010). O quarto e quinto cenários apresentados avançam para uma compreensão de justaposição e convergência desses processos analisados em várias escalas:

As formas de exclusão resultam da convergência de múltiplas escalas e processos, como ocorre quando as estruturas econômicas globais cruzam com hierarquias locais, nacionais e estruturas políticas. Falar de quem vivencia tais injustiças como se eles existissem em um só plano isolado é reduzi-los a uma abstração global, despojados das particularidades dentro e através das qual a sociedade é vivida (FRASER, 2010, p. 369, tradução nossa).

Em nossa concepção as estruturas econômicas globais mencionadas pela autora, articulam-se, diretamente e inseparavelmente, à dinâmica do capital, que é contraditório e estruturalmente excludente,

deste ponto de vista a exclusão social não é um novo fenômeno. Pelo contrário, é ela inerente ao processo de acumulação (SPOSATI, 2011).

Ressaltamos, novamente, o caráter contraditório da exclusão, que nega, impossibilita, segrega, afasta, articula desigualmente, rompe laços de famílias e afasta indivíduos que não estão incluídos integralmente e de várias maneiras à sociedade contemporânea.

Exclusão social pode ser entendida como uma acumulação de processos confluentes com sucessivas rupturas com a economia, política e sociedade que gradualmente distancia pessoas, grupos e territórios, colocando-

os em uma posição de inferioridade em relação aos centros de poder, recursos e valores prevaletentes (ESTIVILL, 2003, p. 19, tradução nossa).

Estivill (2003), em perspectiva parecida à de Fraser (2010), compreende a justaposição de processos e desligamentos, rompimentos de laços e desarticulações na conformação da exclusão. Fraser chamará a atenção para as injustiças como causas e implicantes estruturantes da exclusão, ao passo que Estivill irá salientar o componente espacial no entendimento dos processos excludentes, com o objetivo de ampliar a análise, também destacando as capilaridades do poder como aspecto que merece destaque e que deve ser levado em consideração nos estudos que se preparam para revelar as relações que permeiam a exclusão.

As manifestações da exclusão social relacionam-se à ideia de um processo, com um itinerário que apresenta começo e fim passando por diferentes fases. É necessário, portanto, não apenas atentar para a sua dinâmica e inferir que ela é linear, mas avançar no entendimento das causas, as raízes do fenômeno. Dessa forma, histórias de casos pessoais são fundamentais para entender porque indivíduos, famílias, grupos e espaços são afetados pela exclusão (ESTIVILL, 2003, p. 37-38, tradução nossa).

A ideia de processo defendida pelo autor nos parece apropriada, porém avançar em estudos de casos, sem relacioná-los à produção global das desigualdades e estudando as influências e articulações entre as diversas escalas, não parece um caminho promissor. Por meio da análise dos processos excludentes que se manifestam em um município, chegamos à necessidade de avançar na pesquisa sobre a relação exclusão e políticas estaduais e federais, junto com outros agentes e grupos que afetam sobremaneira a efetivação e materialização da exclusão.

A falta de recursos ou insuficiência para sobrevivência destacada por Estivill

(2003) insere-se numa trama de relações caracterizada pelos “circuitos de negação e acumulação de desvantagens”, convidando a estudos que propiciem elementos presentes nestas relações, que a nosso ver, caracterizam relações sociais pautadas por fluxos de poder fortalecedores da exclusão.

O caráter e elemento espacial assim apreendido por meio dos equipamentos e serviços públicos contribuem para desvelar as características desse circuito de desvantagens, que envolve jogos e disputas de poder, com a possibilidade de contribuição da Geografia para analisar espacialmente a exclusão em suas formas, seus conteúdos, suas premissas, seus padrões, suas tendências e seus embates.

Compreender as manifestações espaciais da exclusão, não envolve apenas enfatizar parâmetros espaciais, mas também a geografia do micro-poder. Isto é particularmente relevante para projetos locais. A convencional descrição de variáveis em geral, mostrando como um espaço é estruturado e distribuído, tanto real quanto simbolicamente, não é suficiente. Também é necessário ir fundo para descobrir como atores e instituições operam, em especial no campo social, e como o mundo dos excluídos às vezes se submete, em outros casos procura uma acomodação e ainda em outros responde recriando um espaço em que reemerge, com outros sinais e redes, possuindo um ritmo que não o prevalecente (ESTIVILL, 2003, p. 49, tradução nossa).

Por enfatizar as manifestações do poder, Estivill (2003) ajuda-nos na reflexão metodológica de descobrir e revelar a materialização dos processos excludentes, permitindo um estudo capaz de explicitar as redes que se formam na consolidação da exclusão social, demonstrando, ainda, seu potencial aspecto contraditório.

As intervenções públicas não são neutras nem homogêneas e elas tendem a mudar ao longo do tempo. Elas podem: gerar exclusão, por exemplo, quando as políticas urbanas criam guetos e bolsões de pobreza ou quando estabelecem critérios diferenciados para o

acesso a educação: favorecer alguns grupos ou áreas em detrimento de outros, através de serviços comunitários e de instalações específicas que não cobrem a população como um todo, ou quando dão alguma vantagem comparativa a algum grupo e não a outros; ter efeitos inesperados e perversos, mesmo no caso de medidas que visem a inclusão. Além disso, as enormes dificuldades envolvidas na coordenação de políticas públicas são bem conhecidas e as abordagens adotadas pelos diversos departamentos e em diversas áreas podem até ser contraditórias (ESTIVILL, 2003, p. 79, tradução nossa).

O trecho abordado mostra a contradição imanente aos processos de exclusão, oriunda de embates e disputas de poder, dentre outros agentes, o Estado. Os desafios nas fases de elaboração e de implantação de uma política pública e seus programas, por exemplo, envolvem opções desde o consenso pelo problema a ser enfrentado, passando pela delimitação da população beneficiária, às condicionantes, às mensurações de impacto etc; demonstrando que uma ação pode gerar um agravamento da exclusão, porém não intervir também é uma opção com suas consequências. Além dessa perspectiva, a contradição do Estado pode ser evidenciada quando este produz a exclusão e, ao mesmo tempo, gera demanda de informações para avaliar uma política ou ajudar na percepção de uma manifestação de estudos que se preocupem com as desigualdades sociais, a fim de que ele mesmo possa se utilizar desses dados para focalizar políticas e programas sociais.

A exclusão aqui compreendida como característica estrutural do modo de produção capitalista comporta uma série de componentes com repercussões na vida de inúmeras famílias. As relações imanentes às decisões estatais repercutem de tal forma sobre a realidade de municípios e bairros pobres que acabam por regularizar arranjos em que as políticas públicas têm dificuldades para se efetivarem plenamente, juntamente com seus programas sociais. Essa perspectiva nos abre a possibilidade de

entender como alguns bairros ficam à mercê de outros grupos organizados que decidem sobre os seus desdobramentos e desenvolvimento. Inúmeras pesquisas mostram o caráter de gestor que alguns traficantes possuem, imbuídos de um forte poder de coerção. Estes líderes coordenam a vida de bairros inteiros em um sistema hierárquico de organização que atrai muitos jovens, distanciando-os de uma educação de qualidade que possibilite o desenvolvimento de suas potencialidades.

Os processos excludentes abrem também espaço para uma descrença política generalizada entre as famílias que se encontram nessa situação. As pessoas perdem as esperanças de um dia suas vidas e a de seus filhos e netos possam ser transformadas. O sentimento de impotência leva à situação de clientes do Estado, por aceitarem participar de programas sociais, sem a reflexão sobre a mudança em seu padrão de vida atual, preocupando-se somente com o corte do benefício.

A exclusão manifesta-se diariamente em localidades pobres, porém ela é produzida nos lugares de inclusão. A lógica de manter o processo que configura a exclusão social não é formulada e decidida nas áreas pobres, mas sim onde são realizadas as decisões políticas, como, por exemplo, Estado, maçonarias, organizações industriais e de agronegócio etc. Ou seja, nosso ponto de vista consiste em defender a ideia que, aumentando o poder das áreas – como os bairros em processo de exclusão nas esferas de debates sobre as políticas públicas –, aumentam-se também as possibilidades de criação e de desenvolvimento de lógicas que combatam esse processo, pautado na geração de iniúscias em diversas escalas.

A exclusão não permite, dessa forma, que haja cidadãos em localidades que vivenciam essa situação. Essa perspectiva está pautada na ideia de que esse processo não ocorre de forma abstrata ou aleatória, mas sim é regulado e firmado por grupos hegemônicos que, em relação às famílias mais pobres, se preocupam

somente em capacitá-las profissionalmente para atender às suas necessidades de qualificação de mão-de-obra. Contudo, este país possui uma enorme população que necessita, por meio de serviços públicos de qualidade, de recursos mínimos para ter uma condição digna de vida. Mesmo que este patamar já esteja sendo alcançado, a participação política – não somente por meio do voto – é imprescindível para inverter a atual ordem de fluxo de poder que caracteriza e acentua o processo de exclusão.

Atividades culturais como estratégia para aumento da participação política

Utilizando o conceito de intelectuais orgânicos, Gramsci chama a atenção para a mobilização e o engajamento político das populações em situação de precariedade social a partir do esclarecimento fornecido à luz de intervenções daqueles que têm por objetivo socializar o conhecimento. Para o autor, o intelectual insere-se como mediador entre a sociedade política e os movimentos sociais, tendo uma função de suma relevância na construção de uma hegemonia da classe trabalhadora. Com isso nos convida à reflexão sobre o posicionamento que tomamos em nossas pesquisas, como contribuir para o esclarecimento das populações em processo de exclusão e criar formas para que estas permaneçam unidas a fim de obter um maior poder de reivindicação, ter consciência de seu “ser” histórico, ampliar sua visão de mundo etc. Acreditamos que os pesquisadores em Ciências Sociais e todos os professores e indivíduos envolvidos com a educação popular devem possuir o mesmo comprometimento no estudo e na prática de ações que permitam às populações superarem os processos de exclusão.

Atividades como exibição de filmes, peças teatrais, palestras educativas têm por finalidade contribuir com as populações em processo de exclusão no que tange à conscientização de sua posição na sociedade contemporânea

e seu poder de reivindicação. Tal prática fundamenta-se em razão do fortalecimento do sentimento de coletividade necessário para uma efetiva territorialidade democrática das áreas que vivenciam diariamente os processos de exclusão social, onde a emancipação política e a justiça social prevaleçam sobre a lógica capitalista de mercado.

O sucesso de uma política pública para superação das desigualdades sociais, sobretudo as presentes em nossas metrópoles, só será possível quando esta abrigar uma política cultural que incorpore a diversidade da vida social dos espaços populares. Não podemos mais nos conceber cidadãos plenos quando vivemos divididos em lugares de supremacia cultural e lugares subalternizados, simplesmente porque estes últimos não trazem um legado cultural hegemônico ou representam uma contracorrente ao mercado criado pela indústria cultural. Cada grupo social é portador de signos de referência e códigos sociais inseridos em determinados territórios. Podemos dizer, então, que o território é um espaço/tempo demarcado por intencionalidades humanas, cujas identidades possuem fluxos de correspondência e intensidades plurais, principalmente no tocante a afirmação individual e de grupos na sociedade urbana (BARBOSA, 2009, p. 1).

O trecho abordado é emblemático em, ao menos, dois sentidos. Primeiramente, Jorge Luis Barbosa afirma ser de extrema relevância a dimensão cultural nas políticas públicas, por meio da criação de espaços em que a população não fique à mercê de uma indústria cultural que valoriza apenas alguns pontos da cidade, cujo acesso prioritariamente é da população com disponibilidade de recursos. O segundo sentido está relacionado ao fato de Barbosa considerar o território na premissa de um desenvolvimento cultural, isso por sua vez, em nossa perspectiva, contribui para a construção de um território que complemente/contribua/amplie as políticas públicas, visto que a inserção de atividades culturais na vida cotidiana das populações que vivenciam os processos

excludentes enriquece sua visão de mundo, possibilitando a formação das bases para um maior sentimento de coletividade e união que culmine em uma maior participação política.

Valorizar e mobilizar a diversidade de manifestações culturais e artísticas dos moradores dos espaços populares é um ato primordial de construção de uma sociabilidade urbana renovada. Vislumbra-se, como efeito, a ampliação da circularidade de imaginários, de obras, de bens e práticas culturais na cidade sob o primado da comunicação entre próximos e distantes. Afinal, a cultura se torna mais rica quando expandimos as nossas trocas de imaginários, de saberes, de fazeres e convivências. Essa proposta nos remete a superação das desigualdades sociais, pois estas não dizem respeito exclusivamente aos aspectos econômicos: distribuição de renda, desemprego, consumo. Elas estão expressas em outras condições de existência social: na escolarização, na habitação, na saúde e no acesso aos bens e equipamentos culturais (BARBOSA, 2009, p. 1).

Dessa forma, políticas públicas, que pretendam combater as desigualdades sociais e com isso os processos excludentes, devem levar em consideração o aumento da participação política das populações que sofrem processos de exclusão, via criação e incentivos de arranjos territoriais com a prática de valorização e de promoção de atividades e Círculos de Cultura. Estes, por sua vez, avançam além do aprendizado da leitura e escrita individual, por exemplo, todos aprendem e ensinam de modo solidário e coletivo, com debate acerca das questões presentes no dia-a-dia como trabalho, saúde, educação, política, direitos sociais etc.

A possibilidade humana de existir – forma acrescida de ser – mais do que viver, faz do homem um ser eminentemente relacional. Estando nele, pode também sair dele. Proietar-se. Discernir. Conhecer. É um ser aberto. Distingue o ontem do hoje (FREIRE, 1996, p.10).

Paulo Freire se dedicou a estudar um

método de aplicação dos Círculos de Cultura na promoção de um ensino de aprendizagem e alfabetização mais eficiente, de forma a ampliar também a participação política desses aprendizes.

Os Círculos de Cultura, assim sendo, contribuem de maneira complementar a educação da população participante, pois ao inserir temáticas e assuntos relevantes, decorrentes da vivência dessas pessoas, em prática de diálogo aberto e recíproco, o vínculo estabelecido entre elas ajuda no aumento do poder tático e possibilita a criação de arranjos territoriais pautados no processo de desenvolvimento da democratização política. Os indivíduos passam a ter mais clareza e consciência das dificuldades enfrentadas, da formação histórico-social de seu bairro e dos ganhos em participar em coletivo nas decisões políticas, fortalecendo o sentimento de pertencimento daquele território, construindo uma territorialidade preocupada com a justiça e a inclusão social.

Em lugar de escola, que nos parece um conceito, entre nós, demasiado carregado de passividade, em face de nossa própria formação (mesmo quando se lhe dá o atributo de ativa), contradizendo a dinâmica fase de transição, lançamos o Círculo de Cultura. Em lugar do professor, com tradições fortemente “doadoras”, o Coordenador de Debates. Em lugar de aula discursiva, o diálogo. Em lugar de aluno, com tradições passivas, o participante de grupo. Em lugar dos “pontos” e de programas alienados, programação compacta, “reduzida” e “codificada” em unidades de aprendizado (FREIRE, 1996, p. 103).

Paulo Freire amplia nossa visão sobre o papel e a relevância dos Círculos de Cultura. Esse debate é tema de abordagens de vários pesquisadores e organizações, como o “Observatório de Favelas”, no Rio de Janeiro,

e nos escritos de Antonio Gramsci. Essa perspectiva de encarar e trabalhar os Círculos de Cultura como ambiente educacional progressista aplicado por Freire e discutido por Antonio Gramsci, nos mostra caminhos para seguir na reflexão de incorporar tal prática junto ao processo de emancipação e formação cidadã das populações em processo de exclusão:

A solidariedade social e política de que precisamos para construir uma sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância (FREIRE, 1996, p. 42).

Investir em formas que ampliem a participação política é tarefa de um governo que assume alguns compromissos³ relacionados à mudança social, por meio da implementação de políticas públicas imbricadas no progresso, que não transformem iniciativas de participação em forças políticas de grupos privados de poder do Estado, cujo objetivo é eliminar a oposição e a crítica e se fortalecerem no governo. Com isso, tais preocupações têm por finalidade contribuir para uma análise que permita avançar na construção de um território democrático que combata os processos de exclusão e aumente a emancipação política das famílias em processos excludentes, promovendo políticas públicas mais abrangentes e eficazes.

Perante o exposto, até aqui trabalhamos com o conceito de crise política de Michel Dolbrv (1986), visto que para o autor essa ideia ajuda a entender conjunturas políticas fluídas, caracterizada por mobilizações multissetoriais em sociedades complexas. Para o autor, a crise pode ser entendida como um dos momentos em que a estabilidade da reprodução da organização social se encontra ameaçada. No caso do município de Presidente Prudente,

3. Para se aprofundar no tema, ver capítulo intitulado: “Participação popular no planejamento e na gestão das cidades: limites e potencialidades de arcabouços institucionais sob um ângulo autonomista” inserido no livro *Mudar a Cidade*, de Marcelo Lopes de Souza (2002).

percebemos uma crise política com relação à dimensão cultural nas políticas públicas.

O município possui como política cultural somente “ações complementares”, que envolvem crianças e adolescentes em atividades como escolas de futebol ou de capoeira, realizadas no período oposto ao da escola. Na nossa percepção, tais atividades não estão nem criando um senso de coletividade nos bairros em processos de exclusão em que atuam ou ampliando a visão de mundo e senso crítico dessa população, nem a incluindo nas tomadas de decisão a respeito das políticas públicas, inclusive as de cunho cultural. Dobry (1986) argumenta que a fluidez das estruturas sociais em momentos de crise perde autonomia, sendo que as ações dos atores presentes não seguem mais as lógicas setoriais. O potencial de análise e pesquisa dos períodos de crise está na explicação e proposição de novas formas de mobilização

Nesse sentido a crise é percebida pela população que, por meio de seus líderes de bairro (um representante da população), questionam as atuais políticas culturais, havendo a necessidade de ampliá-las e melhorá-las. Entendemos, assim, que esse lugar reflete e produz o acúmulo de ações de diversos agentes, entre eles o Estado. Como exposto anteriormente, o Estado atua de maneira direta na produção da cidade, porém, vários órgãos trabalham com informações que ajudam na compreensão dos fenômenos sociais. Assim, concordamos com Paulo Iannuzzi (2005), quando afirma o caráter exploratório dos indicadores sociais para a pesquisa acadêmica.

Os territórios abrangidos pelos Centros de Referência da Assistência Social trabalham com atividades envolvendo crianças e adolescentes que participam de escolas de futebol ou de

capoeira em horário que não estão na escola regular, não havendo qualquer outro tipo de perspectiva cultural nas políticas públicas do município. No entanto, a partir da experiência em campo e das informações fornecidas pelo índice de desenvolvimento das famílias – IDF⁴, temos que os territórios de atuação dos Centros de Referência da Assistência Social – Augusto de Paula, Cambuci, Morada do Sol e Alexandrina – não possuem nenhum chefe de família com ensino superior completo ou incompleto. Isso nos aponta que a população de tais áreas não está tendo acesso às universidades, por isso, devemos também pensar a crise política com relação à cultura também baseada no ingresso desses indivíduos nas instituições de ensino superior.

Podemos inferir a necessidade de inserção da esfera cultural na elaboração das políticas públicas, inclusive no que diz respeito ao IDF. Podemos pensar na inserção da dimensão “acesso a cultura” como um indicador das atividades culturais realizadas nos municípios e, com isso, fornecer elementos para subsidiar uma avaliação mais ampla de política pública.

Considerações Finais

Investir na pesquisa sobre características, formas, transformações, persistências e abordagens da exclusão social ajuda no refinamento desse conceito ainda em aberto, e, com isso, na utilização de uma ferramenta metodológica poderosa na descoberta dos processos de desigualdades sociais presentes na produção do espaço urbano. Debater a exclusão nos remete a uma discussão de escala, a um entendimento multidimensional da situação de precariedade social de várias famílias, e

4. Tentando fornecer informações para essa crescente demanda, e entendendo a pobreza em uma perspectiva multidimensional que permeia os processos excludentes, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Família – IDF, desenvolvido pelos pesquisadores do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco, com o objetivo de criar um indicador sintético para mensurar o grau de desenvolvimento de uma família. Esse índice permite apurar o grau de vulnerabilidade de cada família do CadÚnico, que por sua vez, representa o volume adicional de recursos que ela necessita para suas satisfações básicas, em relação às necessidades de uma família padrão.

a uma articulação relacional, percebendo os fatores que operam e influenciam de maneira diferenciada nas escalas adotadas para estudo.

Além de uma preocupação interpretativa de práticas que se materializam a cada instante em várias sociedades, a análise sobre os processos que envolvem a exclusão social contribui para a desmistificação e a descoberta dos significados e sentidos que permeiam o mundo moderno. Entender como se distribuem espacialmente as populações mais carentes ajuda-nos na compreensão das diferentes realidades presentes em vários bairros de uma mesma cidade, por exemplo. Avançar na discussão sobre os processos excludentes indica, para além de um refinamento e sofisticação metodológica, um poderoso caminho no entendimento de como o processo de produção do espaço urbano brasileiro, pautado nos atuais moldes, pode (re) produzir desigualdades sociais, que minam as possibilidades de construção de um processo de emancipação capaz de construir uma sociedade com mais cidadãos, em seu sentido pleno.

A cultura, de maneira geral, sempre se associou a informações, conhecimentos, ideias, valores, juízos, tradições, crenças, pensamentos, hábitos, costumes, atitudes etc. que as pessoas, ao longo de sua existência, passam a adquirir como parte integrante de uma sociedade. Nesse sentido, nosso intuito não é adentrar no debate conceitual sobre cultura, mas sim avançar em formas de pensar e agir que culminem (via atividades culturais) em um esclarecimento consciente da população que enfrenta os processos excludentes,

subsidiando estratégias de consolidação e efetivação de um território mais democrático.

Em um Estado caracterizado por embates que se baseiam no exercício de poder, onde interesses privados prevalecem nas fases de elaboração e implementação das políticas públicas, mesmo quando aceitas pela população em geral, não pode ser verificada a existência da democracia, visto que as decisões ocorrem em um processo piramidal, com uma minoria que escolhe, comanda e mascara suas intenções, promovendo suas práticas (por meio das políticas) para a manutenção de sua situação de governantes. Essa perspectiva nos abre caminho para investir em formas de ampliar o entendimento a respeito de como esses arranjos de poder excluem várias famílias, e mais, como isso é ratificado pelo Estado e aceito pela população.

Essa problemática foi defendida no texto através das atividades culturais, que têm como intuito guiar o pensamento e a ação dos pesquisadores, professores, líderes políticos e todos os preocupados com a emancipação e a educação popular. Viabilizar a visão crítica e o esclarecimento, por intermédio das atividades culturais das populações em processos de exclusão, contribui para despertar a consciência de suas condições sociais e, assim, poder quebrar as “algemas” que as prendem na descrença do futuro e de seus destinos. Possibilitando que reivindicuem com maior poder de argumentação e participem de maneira mais ampla e efetiva na elaboração das políticas públicas, aumentando a democratização política.

Referências

BARBOSA, J. L. **Os espaços populares na política pública cultural**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view_text.php?id_text=13> . Acesso em: 10 set. 2011.

BARROS, R. P. ; CARVALHO, M. ; FRANCO, S. **O Índice de Desenvolvimento da Família**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.phpsearchword=IDF&ordering=&searchphrase=all&Itemid=1&option=com_search> . Acesso em: 4 de out. 2010.

- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, 2007.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Bom Livro, 1989.
- DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- DOBRY, M. **Sociologie des crises politiques: la dynamique des mobilisations multisectorielles**. Paris: Presses de la FNSP, 1986.
- DURANA, A. A. G. **El concepto de exclusión en política social**. Documento de trabajo 02-01. Unidad de Políticas Comparadas Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), 2002. Disponível em: <<http://digital.csic.es/bitstream/10261/1495/1/dt-0201.pdf>>. Acesso em 10 set. 2011.
- DUPAS, G. A lógica da economia global e a exclusão social. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 34, set.-dez. 1998.
- SCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- ESTIVILL, J. **Concepts and strategies for combating social exclusion**. Portugal, International Labour Organization, 2003.
- FRASER, N. **Injustice at intersecting scales: on social exclusion and the global poor**. European Journal of Social Theory, v. 13, n. 3, 2010.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- JANNUZZI, P. **Indicadores e sistema de informação**. 2005. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/indicadores/sistema_br/januzzi_indicadores_sociais_sist_inform.pdf>. Acesso em: 10 set. 2011.
- KARSZ, S. **La exclusión: bordeando sus fronteras. Definiciones y matices**. Barcelona: Editora Gedisa, 2004.
- LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MELAZZO, E. S. **Padrões de desigualdade em cidades paulistas de porte médio: a agenda das políticas públicas em disputa**. 2006. 214f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.
- RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n.6, 2007.
- SPOSATI, A. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. In: Seminário Exclusão Social, 1998. Disponível em: <<http://www.creche.ufba.br/twiki/pub/GEC/RefID/exclusao.pdf>> Acesso em: 12 mar. 2011.

Submetido em 25 de outubro de 2011
Aprovado em 28 de dezembro de 2011